



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 6 de agosto de 2014

I

Série

Número 118

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Portaria n.º 136/2014

Aprova e regulamenta o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros no âmbito do Programa PROJOVEM.

Portaria n.º 137/2014

Aprova e regulamenta o Programa de Ocupação Temporária de Desempregados, adiante designado por POT.

**SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS
SOCIAIS****Portaria n.º 136/2014**

de 6 de agosto

Nos termos da Recomendação do Conselho Europeu de 22 de abril de 2013, os Estados-Membros devem proceder à implementação de uma Garantia Jovem, que assegure a todos os jovens com menos de 25 anos de idade, uma oportunidade de qualidade, seja de emprego, de educação, formação profissional ou estágio, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem da educação formal.

Os jovens, de acordo com a referida Recomendação, que não trabalhem, que não estudem e não estejam a frequentar qualquer formação, devem ser sinalizados como NEET - *Neither in employment, education or training*, devendo ser posteriormente encaminhados para as diferentes áreas de intervenção.

No âmbito da política de emprego do Governo Regional, uma das prioridades é combater o desemprego jovem, pelo que, quanto mais célere for a intervenção, menor será o risco do desemprego.

Nesta medida, e de forma a dar cumprimento à referida Recomendação, para além das ofertas de emprego, de educação, de formação profissional e de programas de emprego atualmente disponíveis para os jovens, houve a necessidade de se criar um novo programa de emprego, de modo a abranger um maior número de jovens e simultaneamente agilizar o processo de recolha de dados e de participação por parte do Fundo Social Europeu.

Este programa integra duas medidas, tendo em atenção os níveis de qualificação dos jovens, uma delas abrangerá os jovens de qualificação de nível 2 e 3 do Quadro Nacional de Qualificações e a outra os jovens com níveis de qualificação superiores.

Assim, manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/M, de 14 de novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 37/2012/M, de 27 de dezembro e a alínea g) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/M, de 1 de junho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2013/M, de 25 de novembro, o seguinte:

**CAPÍTULO I
Objeto e objetivos****Artigo 1.º
Objeto**

1. O presente diploma aprova e regulamenta o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros no âmbito do Programa PROJOVEM, promovido pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, através do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, adiante designado por IEM, IP-RAM.
2. O PROJOVEM abrange as seguintes medidas:
 - a) Experiência Garantia;
 - b) Estágio Garantia.

**Artigo 2.º
Objetivos**

São objetivos do PROJOVEM, no âmbito do presente diploma:

- a) Estimular nos jovens o espírito de iniciativa e autonomia;
- b) Facultar aos jovens, com qualificação a partir do nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), uma experiência profissional em contexto real de trabalho, que proporcione um complemento prático à sua formação e promova a sua inserção na vida ativa;
- c) Contribuir para uma maior articulação entre a saída do sistema educativo e formativo e o contacto com o mundo do trabalho;
- d) Permitir que as entidades possam facultar uma experiência profissional aos jovens, com vista a um eventual recrutamento posterior para os seus quadros.

**CAPÍTULO II
Das medidas****SECÇÃO I
Experiência Garantia****Artigo 3.º
Destinatários**

São destinatários da medida Experiência Garantia, adiante designados por participantes, os jovens desempregados, inscritos e sinalizados no IEM, IP-RAM, como NEET, no âmbito da Garantia Jovem, que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Tenham idade entre os 18 e os 24 anos, aferida à data do início da colocação;
- b) Tenham qualificação de nível 2 ou 3 do QNQ;
- c) Estejam à procura de primeiro ou de novo emprego.

**Artigo 4.º
Entidades enquadradoras**

Consideram-se entidades enquadradoras desta medida, as pessoas singulares ou coletivas de direito privado com ou sem fins lucrativos, que apresentem condições para proporcionar uma experiência de trabalho aos participantes.

**Artigo 5.º
Duração**

As atividades desenvolvidas na medida Experiência Garantia têm a duração de 6 meses.

**SECÇÃO II
Estágio Garantia****Artigo 6.º
Destinatários**

1. São destinatários da medida Estágio Garantia, adiante designados por participantes, os jovens desempregados, inscritos e sinalizados no IEM, IP-RAM, como NEET, no âmbito da Garantia Jovem, que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Tenham idade entre os 18 e os 24 anos, aferida à data do início do estágio;
- b) Tenham qualificação de nível 4, 5, 6, 7 ou 8 do QNQ;
- c) Estejam à procura de primeiro emprego ou de novo emprego.

2. Os destinatários referidos no número anterior que estejam à procura de novo emprego, não podem, após a obtenção da qualificação, ter tido ocupação profissional na área em causa por período superior a seis meses.

Artigo 7.º
Entidades enquadradoras

Consideram-se entidades enquadradoras desta medida, as pessoas singulares ou coletivas de direito privado com ou sem fins lucrativos que apresentem condições técnicas e pedagógicas para facultar, com qualidade reconhecida um estágio, aos participantes.

Artigo 8.º
Duração

As atividades desenvolvidas na medida Estágio Garantia têm a duração de 9 meses.

Artigo 9.º
Orientador de estágio

1. O participante é acompanhado por um orientador de estágio, com ligação efetiva à entidade enquadradora, o qual será responsável pela execução e acompanhamento do plano individual de estágio.
2. Cada orientador não pode ter mais de três participantes a seu cargo.
3. O IEM, IP-RAM emite parecer sobre os orientadores de estágio propostos, mediante análise do seu perfil curricular e profissional.
4. As entidades enquadradoras podem, na pendência do estágio, solicitar ao IEM, IP-RAM a substituição do orientador do estágio, através de requerimento fundamentado com a antecedência de 30 dias consecutivos, exceto em casos de força maior devidamente justificados.
5. Compete, na generalidade, ao orientador de estágio:
 - a) Definir os objetivos e o plano de estágio, assim como o perfil de competências requerido;
 - b) Realizar o acompanhamento pedagógico do estagiário, supervisionando o seu progresso face aos objetivos definidos;
 - c) Avaliar, no final do estágio, os resultados obtidos pelo participante, através do Relatório Final;
 - d) Participar, sempre que solicitado, em reuniões promovidas pelo IEM, IP-RAM, relacionadas com o estágio;
 - e) Elaborar e apresentar trimestralmente ao IEM, IP-RAM, os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do participante.

CAPÍTULO III
Regras comuns a ambas as medidas

SECÇÃO I
Impedimentos dos participantes

Artigo 10.º
Impedimentos

1. Não podem ser colocados ao abrigo do PROJOVEM, numa determinada entidade, os desempregados que tenham tido, com essa entidade, uma anterior relação de trabalho ou prestação de serviços ou tenham, na mesma, realizado estágio de qualquer natureza, exceto os curriculares ou obrigatórios para acesso à profissão em causa.
2. O impedimento referido no número anterior abrange também as entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com aquela que beneficiou do programa.
3. Os jovens que tenham participado no PROJOVEM, não podem ser colocados uma segunda vez ao abrigo do referido programa, salvo se tiverem cumprido menos de um terço da colocação e ainda que o motivo apresentado ao IEM, IP-RAM tenha sido considerado justificado.

SECÇÃO II
Entidades Enquadradoras

Artigo 11.º
Requisitos e impedimentos

1. As entidades enquadradoras não devem encontrar-se impedidas de participar nos programas de emprego do IEM, IP-RAM, devendo as mesmas e os respetivos empresários/sócios declarar que não se encontram em incumprimento perante qualquer organismo público ou perante os fundos comunitários.
2. As entidades enquadradoras, que após terem beneficiado da colocação de três participantes em cada uma das medidas, não tenham contratado no mínimo um dos participantes, com contrato de trabalho igual ou superior a seis meses, ficam impedidas de beneficiar de qualquer medida de emprego pelo período de um ano, a contar da data do fim da última colocação.
3. As entidades enquadradoras podem manifestar ao IEM, IP-RAM, a sua disponibilidade em aceitar jovens no âmbito do PROJOVEM.

Artigo 12.º
Colaboração das entidades
enquadradoras

1. No decurso do PROJOVEM as entidades enquadradoras devem:
 - a) Proporcionar aos participantes uma experiência profissional, que lhes permita adquirir novos conhecimentos profissionais tendo em vista facilitar a inserção no mercado de trabalho;

- b) Zelar pelo cumprimento, por parte dos participantes, das obrigações inerentes à participação nas medidas;
 - c) Prestar colaboração, quando seja solicitada, no processo administrativo e de avaliação dos participantes;
 - d) Comunicar, por escrito, ao IEM, IP-RAM, todas as situações que, justificadamente, possam ser determinantes da interrupção, suspensão ou exclusão do participante;
 - e) Atribuir aos participantes, exclusivamente, tarefas que se enquadram nos projetos aprovados;
 - f) Permitir a ida dos participantes ao IEM, IP-RAM, sempre que forem, por este, convocados.
2. As entidades enquadradoras devem facultar aos participantes as condições e os meios necessários ao exercício da sua atividade, suportando eventuais despesas de transporte quando as tarefas a desempenhar obrigarem a deslocações para fora do local normal da atividade.

SECÇÃO III

Prorrogação da duração das medidas

Artigo 13.º

Duração

1. O prazo de duração das atividades referido nos artigos 5.º e 8.º podem ser prorrogados por mais 3 meses, caso a entidade enquadradora se comprometa a celebrar com o participante um contrato de trabalho escrito, de duração não inferior a nove meses na medida Experiência Garantia ou de doze meses na medida Estágio Garantia, no termo de cada uma das medidas.
2. O pedido de prorrogação referido no número anterior é solicitado pelo participante, com a antecedência mínima de 15 dias úteis do termo do programa, acompanhado da declaração de compromisso da entidade enquadradora.
3. A não contratação no final do período de prorrogação implica a devolução, ao IEM, IP-RAM, por parte da entidade enquadradora, do correspondente aos valores pagos ao participante durante o período de prorrogação.
4. As entidades enquadradoras que contratem os participantes no final ou durante o período da experiência profissional têm direito a um prémio à contratação.

SECÇÃO IV

Candidaturas, vagas e colocações

Artigo 14.º

Apreciação e decisão sobre as candidaturas

1. As candidaturas são apresentadas ao IEM, IP-RAM pelos jovens, mediante o preenchimento de formulário próprio, fornecido pelo respetivo

serviço ou obtido digitalmente através do seu sítio na Internet, acompanhado de todos os documentos referidos no mesmo, com pelo menos 30 dias consecutivos de antecedência em relação à data pretendida para o início da colocação.

2. As candidaturas são analisadas no prazo de 30 dias seguidos a contar da data da entrada das mesmas, suspendendo-se este prazo sempre que sejam solicitados esclarecimentos e/ou a entrega de elementos instrutórios complementares.
3. Os jovens têm o prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar os esclarecimentos e elementos referidos no número anterior, sendo que, passado esse prazo sem que se observe essa entrega, a candidatura é arquivada.
4. A apreciação das candidaturas deve ter em conta, nomeadamente, os seguintes critérios:
 - a) Verificação das condições de acesso;
 - b) No caso da medida Estágio Garantia verificar se o orientador de estágio cumpre os requisitos exigidos e se o Plano de estágio é coerente quanto ao perfil do candidato proposto.
5. As candidaturas podem ser indeferidas, nomeadamente por:
 - a) Não reunirem as condições de acesso;
 - b) Excederem a disponibilidade orçamental do Programa.
6. As candidaturas são objeto de decisão por despacho do presidente do conselho diretivo do IEM, IP-RAM.

Artigo 15.º

Vagas e colocações

1. O PROJÓVEM abrangerá, em cada ano civil, um número máximo de jovens, de acordo com as disponibilidades orçamentais afetadas pelo IEM, IP-RAM e terá por limite um número mensal máximo a determinar por despacho do presidente do conselho diretivo do IEM, IP-RAM.
2. As colocações ao abrigo deste programa efetuam-se a 1 e/ou a 15 de cada mês ou, no caso de não ser dia útil, no primeiro dia útil seguinte.

SECÇÃO V

Direitos e deveres dos participantes

Artigo 16.º

Direitos dos participantes

1. Ao participante é concedida mensalmente uma bolsa, sendo que na medida Experiência Garantia é de valor correspondente ao Indexante de Apoios Sociais (IAS) e na medida Estágio Garantia é variável em função do nível de qualificação de que o participante é detentor, nos termos seguintes:

- a) Valor correspondente ao IAS, para o participante com qualificação de nível 4 do QNQ;
 - b) 1,2 vezes do valor correspondente ao IAS, para o participante com qualificação de nível 5 do QNQ;
 - c) 1,5 vezes do valor correspondente ao IAS, para o participante com qualificação de nível 6, 7 ou 8 do QNQ.
2. O participante tem direito a subsídio de alimentação idêntico ao valor fixado para os trabalhadores que exercem funções públicas, independentemente dos valores dos subsídios praticados para a generalidade dos trabalhadores da entidade enquadradora.
 3. O participante tem ainda direito ao subsídio de transporte correspondente ao custo do passe em transporte coletivo, exceto no caso do participante poder, normalmente, deslocar-se a pé até ao local da atividade, ou lhe for fornecido o transporte pela entidade enquadradora ou tratando-se de participantes com deficiência e/ou incapacidade superior a 60% caso não seja possível a utilização de transporte coletivo face às limitações físicas e motoras dos mesmos, ao subsídio de transporte mensal no montante equivalente até 20% do IAS.
 4. Os participantes beneficiam ainda de um seguro de acidentes de trabalho.
 5. Os participantes são abrangidos pelo regime geral da segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, cabendo aos mesmos a contribuição pela aplicação da taxa legal em vigor, devida pelo trabalhador.
 6. As bolsas pagas ao abrigo do PROJOVEM, estão sujeitas a tributação em sede de IRS, nos termos legais.
 7. Os participantes têm direito a 5 dias de descanso após 6 meses de colocação a gozar durante o 7.º mês, sempre que o período de duração das diferentes medidas seja superior a 6 meses.

Artigo 17.º
Deveres do participante

São deveres do participante:

- a) Cumprir integralmente o período da experiência profissional aprovado;
- b) Providenciar a assinatura pela entidade enquadradora da declaração de concordância em facultar a experiência profissional, bem como da declaração de compromisso, no caso da prorrogação da colocação e de outros documentos que sejam necessários, cujas minutas são elaboradas e fornecidas pelo IEM, IP-RAM;
- c) Elaborar um relatório final após a conclusão da sua participação no PROJOVEM;
- d) Diligenciar junto da entidade enquadradora pelo preenchimento do relatório, relativo ao trabalho por si desenvolvido;

- e) Prestar todas as informações solicitadas pelo IEM, IP-RAM.

SECÇÃO VI
Comparticipações e pagamentos

Artigo 18.º
Comparticipações do IEM, IP-RAM e das entidades enquadradoras

1. O IEM, IP-RAM na medida Experiência Garantia suporta os encargos com a bolsa dos participantes.
2. Na medida Estágio Garantia o IEM, IP-RAM participa na bolsa de estágio nas seguintes proporções, de acordo com a natureza da entidade enquadradora:
 - a) Nas pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos: 100% do valor da bolsa durante o estágio;
 - b) Nas pessoas singulares e coletivas de direito privado com fins lucrativos: 85% do valor da bolsa durante o estágio.
3. Relativamente às entidades referidas na alínea b) do número anterior, a comparticipação do IEM, IP-RAM no valor da bolsa é de 100% quando o estágio se destine a pessoas com deficiência e/ou incapacidade, superior a 60%.
4. As entidades de direito privado com fins lucrativos, participam na bolsa de estágio, com a percentagem do valor da bolsa não assegurada pelo IEM, IP-RAM.
5. No PROJOVEM, as entidades privadas com ou sem fins lucrativos asseguram o pagamento do subsídio de refeição e de transporte previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º.
6. O pagamento do subsídio de transporte no caso dos participantes com deficiência e/ou incapacidade superior a 60% no PROJOVEM é assegurado pelo IEM, IP-RAM.
7. O IEM, IP-RAM garante aos participantes do PROJOVEM um seguro de acidentes de trabalho que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa das diferentes medidas.
8. O IEM, IP-RAM assume a posição de entidade contribuinte no que concerne aos encargos decorrentes da inscrição dos participantes na segurança social e da contribuição pela aplicação da taxa legal em vigor na medida Experiência Jovem bem como na medida Estágio Garantia, nos casos em o estágio for desenvolvido numa entidade de direito privado sem fins lucrativos.
9. As pessoas singulares ou coletivas de direito privado com fins lucrativos, na medida Estágio Garantia, assumem os encargos decorrentes da inscrição dos participantes na segurança social e da contribuição pela aplicação da taxa legal em vigor.

Artigo 19.º

Pagamentos aos participantes

1. O IEM, IP-RAM procede ao pagamento mensal dos valores devidos aos participantes, na medida Experiência Garantia e na medida Estágio Garantia, quando o estágio ocorra nas pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, por transferência bancária, a partir do dia 15 do mês seguinte ao da atividade desenvolvida, de acordo com a assiduidade registada pela entidade enquadradora na plataforma online do IEM, IP-RAM.
2. As pessoas singulares ou coletivas de direito privado com fins lucrativos, na medida Estágio Garantia, procedem ao pagamento mensal da bolsa de formação por transferência bancária, ao estagiário de acordo com a assiduidade.

Artigo 20.º

Pagamentos às entidades de direito privado com fins lucrativos no Estágio Garantia

1. O pagamento dos apoios às pessoas singulares ou coletivas de direito privado com fins lucrativos, na medida Estágio Garantia, é feito da seguinte forma:
 - a) Um primeiro pagamento, correspondente a 3 meses do apoio aprovado e a participar pelo IEM, IP-RAM, relativamente a cada estágio efetivamente iniciado;
 - b) Reembolso trimestral de valor correspondente a 3 meses de execução do apoio aprovado, na parte correspondente à participação do IEM, IP-RAM;
 - c) No último trimestre é feito acerto e encerramento de contas.
2. Para efeitos de recebimento do primeiro pagamento, as entidades enquadradoras devem:
 - a) Indicar o número de identificação bancária (NIB);
 - b) Comprovar que têm a situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.
3. As entidades enquadradoras ficam obrigadas a apresentar nos primeiros quinze dias do mês seguinte ao final de cada trimestre, os seguintes documentos:
 - a) Formulário de pedido de reembolso;
 - b) Relatório trimestral de acompanhamento e avaliação do participante;
 - c) Documentos comprovativos das despesas realizadas e pagas, classificadas contabilisticamente, sempre que solicitado pelo IEM, IP-RAM.
4. Para efeitos do encerramento de contas as entidades devem apresentar, no prazo máximo de 30 dias seguidos a contar da data da conclusão do estágio, nomeadamente:
 - a) Pedido de pagamento;
 - b) Relatório trimestral de acompanhamento e avaliação do participante;

- c) Relatório final de acompanhamento e avaliação do(s) participante(s);
- d) Cópia do certificado comprovativo da frequência do estágio, emitido pela entidade enquadradora;
- e) Documentos comprovativos das despesas realizadas e pagas, classificadas contabilisticamente, sempre que solicitadas pelo IEM, IP-RAM.

5. Todos os elementos exigidos devem ser apresentados nos prazos estabelecidos, salvo situações devidamente justificadas, sob pena de caducidade do pagamento.

SECÇÃO VII

Horário, assiduidade e faltas

Artigo 21.º

Horário

1. Os participantes devem praticar um horário de 35 horas semanais, não ultrapassando as 7 horas diárias.
2. Os horários devem ser fixados no período compreendido entre as 08h00 e as 22h00, durante 5 dias por semana, seguindo-se 2 dias de descanso.
3. Em cada dia completo de atividade, deve haver um intervalo de, pelo menos, 1 hora para a refeição, não podendo cada período de trabalho ser superior a 5 horas.
4. As entidades não podem atribuir aos participantes o regime de jornada contínua.
5. O disposto no n.º 2 não pode ser alterado durante a execução das medidas.

Artigo 22.º

Assiduidade e regime de faltas

1. Aos participantes são aplicáveis os tipos de faltas em vigor no Código do Trabalho.
2. Para efeitos da contagem das faltas deve entender-se que cada falta corresponde à não comparência, ainda que parcial, no local e dia marcado, independentemente do número de horas fixado para esse dia.
3. Implicam o desconto correspondente na bolsa:
 - a) As faltas injustificadas;
 - b) As faltas justificadas que excedam 10 dias.
4. As faltas justificadas que não ultrapassem 10 dias são remuneradas em 65% do valor diário da bolsa, excetuando-se os casos em que o participante tenha direito ao subsídio por doença ou compensação pelo seguro de acidentes de trabalho.
5. As entidades enquadradoras submetem através da plataforma online do IEM, IP-RAM a assiduidade até ao 4.º dia útil do mês seguinte a que respeitam.

SECÇÃO VIII
Formas de cessação e suspensão

Artigo 23.º
Exclusões

1. São excluídos do programa os participantes que:
 - a) Prestem falsas declarações com vista à participação no programa;
 - b) Não compareçam no primeiro dia de atividade sem aviso prévio ou justificação por escrito;
 - c) Faltem injustificadamente durante 5 dias úteis consecutivos ou 10 interpolados;
 - d) Faltem, ainda que justificadamente, mais de 30 dias consecutivos ou 60 interpolados;
 - e) Não cumpram as obrigações previstas no acordo ou contrato de formação/estágio;
 - f) Mostrem, comprovadamente, inadaptabilidade às funções ou incapacidade para as mesmas;
 - g) Aleguem motivos comprovadamente falsos para justificação de faltas;
 - h) Tenham atitude incorreta, considerada muito grave.
2. Nos casos previstos nas alíneas c) e d) do número anterior, a exclusão é imediata, devendo a entidade enquadradora informar por escrito o participante e o IEM, IP-RAM, no prazo máximo de 5 dias.
3. A decisão de exclusão do programa, nos casos previstos nas alíneas e) a h) do n.º 1 deste artigo, deve ser obrigatoriamente comunicada por escrito ao participante pela entidade enquadradora, e conter a indicação dos factos que a motivaram.
4. A decisão prevista no número anterior deverá ser precedida de uma advertência, ao participante por escrito e fundamentada, quando se considere que a subsistência do contrato ainda é viável.
5. Da advertência da rescisão do acordo ou contrato de formação/estágio, bem como da decisão de exclusão, deve a entidade enquadradora dar conhecimento ao IEM, IP-RAM para ratificação, por forma escrita e fundamentada, no prazo máximo de 5 dias.
6. Os participantes excluídos pelos motivos indicados nas alíneas a), b), c), e), g), e h) do n.º 1 ficam sujeitos à anulação, por 90 dias, da sua inscrição no IEM, IP-RAM.

Artigo 24.º
Desistências

1. O participante e a entidade enquadradora podem desistir do PROJOVEM devendo essa intenção ser comunicada à outra parte e ao IEM, IP-RAM, com indicação do respetivo motivo.
2. A entidade enquadradora que desista por motivos que sejam considerados não justificados, fica inibida de participar nos programas de emprego, promovidos pelo IEM, IP-RAM, pelo prazo de 12 meses.

3. O participante que desista por motivos que sejam considerados não justificados, fica impedido de se inscrever no IEM, IP-RAM pelo prazo de 90 dias.

Artigo 25.º
Suspensão

1. Por motivos devidamente justificados, que se prendam com a atividade da entidade, pode esta solicitar ao IEM, IP-RAM a interrupção temporária do PROJOVEM, nomeadamente por encerramento do estabelecimento, não podendo a mesma ter duração inferior a uma semana ou superior a um mês.
2. A entidade na medida Estágio Garantia pode ainda solicitar a suspensão da atividade, quando exista impedimento objetivo por parte do participante, nomeadamente doença, não podendo a suspensão ser superior a 2 meses.
3. Nos casos em que a interrupção da atividade seja autorizada pelo IEM, IP-RAM, o participante não recebe as compensações previstas e o período de colocação é acrescentado por tempo igual ao da suspensão.
4. A suspensão referida nos números anteriores, só pode ser solicitada uma vez em cada uma das situações, no decurso do PROJOVEM.

SECÇÃO IX
Documentos Contratuais

Artigo 26.º
Documentos

1. É celebrado um acordo ou um contrato de formação/estágio entre a entidade enquadradora, o participante e o IEM, IP-RAM, respetivamente na medida Experiência ou Estágio Garantia, de acordo com minuta elaborada e fornecida pelo IEM, IP-RAM.
2. O participante deve proceder à devolução do acordo ou do contrato devidamente assinado por ele e pela entidade enquadradora, no prazo de quinze dias úteis após a receção do mesmo.

SECÇÃO X
Prémio à contratação

Artigo 27.º
Prémio à contratação

1. As pessoas singulares ou coletivas de direito privado com ou sem fins lucrativos que, no prazo de um mês após o final ou durante o PROJOVEM, celebrem por escrito com os participantes contratos de trabalho sem termo ou com termo que resultem na criação líquida de postos de trabalho, podem beneficiar de um apoio financeiro, a ser concedido pelo IEM, IP-RAM, nos termos do disposto nos números seguintes.
2. O requerimento para o apoio referido no número anterior, deve ser apresentado no prazo máximo de 30 dias seguidos após a celebração do contrato.

3. O referido apoio financeiro reveste a natureza de subsídio não reembolsável no valor correspondente ao IAS, por cada posto de trabalho criado, nos termos seguintes:
- 12 vezes o IAS, nos casos de celebração de contratos de trabalho sem termo, desde que a contratação tenha ocorrido sem a prorrogação prevista no n.º 1 do artigo 13.º;
 - 10 vezes o IAS, nos casos de celebração de contratos de trabalho sem termo, desde que a contratação tenha ocorrido na sequência da prorrogação;
 - 6 vezes o IAS, nos casos de celebração de contratos de trabalho com termo de duração não inferior a 12 meses, que não tenham beneficiado da prorrogação;
 - 3 vezes o IAS, nos casos de celebração de contratos de trabalho com termo de duração não inferior a 12 e a 18 meses, respetivamente na medida Experiência Garantia e Estágio Garantia, que tenham beneficiado da prorrogação.
4. O apoio referido nas alíneas anteriores é de 14, 12, 8 ou 5 vezes o valor correspondente ao IAS, quando os postos de trabalho sejam preenchidos por pessoas com deficiência e/ou incapacidade superior a 60%.
5. A entidade enquadradora, para beneficiar dos apoios referidos anteriormente, deve apresentar requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:
- Cópia do contrato de trabalho celebrado;
 - Folhas de remunerações referentes aos 6 meses anteriores ao do PROJOVEM e do mês da celebração do contrato, bem como as guias de pagamento das contribuições devidas à segurança social;
 - Declarações comprovativas de situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social ou autorização para consulta pelo IEM, IP-RAM.
6. O pagamento do prémio é feito de forma faseada, de acordo com as seguintes regras:
- 50% após três meses de execução do contrato de trabalho;
 - Os restantes 50% após 12 meses de execução do contrato de trabalho.
7. As entidades que beneficiem deste apoio devem observar as seguintes regras:
- Manutenção do contrato até ao respetivo termo ou, em caso de contrato de trabalho sem termo, durante um período mínimo de 2 anos, contados a partir da data da respetiva celebração;
 - Apresentação das folhas de remunerações e guias de pagamento e outros documentos que lhe sejam solicitados pelo IEM, IP-RAM;
 - Assegurar a criação líquida de postos de trabalho e o volume de emprego a acompanhar;
 - Substituição dos trabalhadores contratados, que eventualmente deixem a entidade, por outros nas mesmas condições, mediante abertura de oferta de emprego no IEM, IP-RAM;
- e) Não existindo candidatos disponíveis no IEM, IP-RAM, com as características exigíveis pelo programa, a substituição do posto de trabalho pode ser efetuada por outras pessoas desempregadas, por forma a possibilitar a manutenção do posto de trabalho apoiado no período de acompanhamento, desde que recrutados através do IEM, IP-RAM.
8. Para efeitos de aferição do volume de emprego a acompanhar e da criação líquida de postos de trabalho, são usadas as seguintes regras:
- Considera-se criação líquida de postos de trabalho, o aumento efetivo do número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora resultante da contratação do posto de trabalho apoiado;
 - O número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora é calculado pela média do número de trabalhadores dos 6 meses anteriores ao início do PROJOVEM;
 - O volume de emprego resulta da soma do número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora e do(s) posto(s) de trabalho a apoiar.
 - Os períodos de substituição de postos de trabalho, desde que sejam efetuados dentro do prazo de 30 dias consecutivos, não suspendem a contagem do período de acompanhamento.
- Artigo 28.º
Contrato de concessão de incentivos
- A concessão dos prémios de emprego é precedida da celebração de contrato entre a entidade enquadradora e o IEM, IP-RAM, conforme modelo e conteúdo elaborado por este.
- Artigo 29.º
Valor máximo dos apoios
- Aos incentivos concedidos ao abrigo do artigo 27.º desta Portaria, aplica-se a regra prevista para os Auxílios de Minimis definidos pela Comissão Europeia.
- SECÇÃO XI
Incumprimentos
- Artigo 30.º
Incumprimento no decurso do PROJOVEM
- A produção de falsas declarações ou a utilização de qualquer outro meio fraudulento com o fim de obter ou manter os apoios previstos neste diploma, implica a devolução da totalidade dos montantes atribuídos bem como dos pagamentos efetuados pelo IEM, IP-RAM aos participantes, sem prejuízo de eventual procedimento civil ou criminal.
 - O incumprimento reiterado das obrigações administrativas assumidas no âmbito deste

- programa, nomeadamente o envio extemporâneo dos documentos contratuais e assiduidade implica a revogação da aprovação, ficando o participante/entidade enquadradora impedida, durante um ano, de poder apresentar novas candidaturas às diferentes medidas de emprego promovidas pelo IEM, IP-RAM.
3. Se, no decurso do PROJOVEM, for constatado que a entidade enquadradora não assumiu os encargos com a alimentação, transporte ou bolsa do participante, após advertência para que regularize a situação, no prazo máximo de 10 dias úteis, é determinada a cessação do programa, incorrendo a entidade numa situação de incumprimento.
 4. O incumprimento verificado no número anterior determina a restituição integral dos apoios e participações recebidos, no prazo de 30 dias consecutivos, contados a partir da notificação à entidade enquadradora, após o decurso do qual, são devidos juros legais.
 5. A entidade enquadradora que se encontre numa situação de incumprimento, mesmo que venha a efetuar a devolução das quantias em dívida de forma voluntária e comprove que regularizou perante o participante os pagamentos em falta, fica impedida, durante 2 anos, a contar da data do pagamento integral, de poder beneficiar de qualquer apoio ou participação no âmbito das diferentes medidas de emprego.
 6. A entidade enquadradora fica definitivamente impedida de poder beneficiar de qualquer apoio ou participação no âmbito das diferentes medidas de emprego se, perante o incumprimento, não efetuar o pagamento de forma voluntária ou não comprovar que regularizou os pagamentos ao participante.
 7. Quando não se verifique a reposição voluntária dos apoios financeiros ou participações concedidas, será desencadeado o processo de cobrança coerciva, nos termos do Decreto-Lei n.º 437/78, de 28 de dezembro.
- Artigo 31.º**
Incumprimento decorrente da atribuição do prémio à contratação
1. A produção de falsas declarações ou a utilização de qualquer outro meio fraudulento com o fim de obter ou manter os apoios à contratação previstos neste diploma, implica a devolução da totalidade dos montantes atribuídos, sem prejuízo de procedimento civil e criminal.
 2. O não cumprimento das condições de concessão do apoio implica a obrigação da reposição dos montantes atribuídos acrescido dos juros legais.
 3. Nos casos em que por factos alheios à vontade das entidades enquadradoras, que comprovadamente não resultem de qualquer atuação ou omissão dolosa ou negligente, impossibilitem a manutenção dos postos de trabalho é devida a reposição das verbas concedidas em termos proporcionais ao tempo não cumprido.
 4. O incumprimento injustificado das obrigações assumidas através do contrato de concessão de incentivos, implica a reposição das verbas nos seguintes termos:
 - a) Integral, se o incumprimento acontecer no primeiro ano de acompanhamento;
 - b) Proporcional ao tempo não cumprido, se acontecer no restante período.
 5. Quando não se verifique a reposição voluntária dos apoios financeiros ou participações concedidas, será desencadeado o processo de cobrança coerciva, nos termos do Decreto-Lei n.º 437/78, de 28 de dezembro.
 6. A entidade enquadradora que se encontre numa situação de incumprimento só pode beneficiar de um novo apoio desde que se verifique o pagamento integral do montante em dívida de forma voluntária.
 7. A entidade enquadradora fica definitivamente impedida de poder beneficiar de qualquer apoio ou participação no âmbito das diferentes medidas de emprego se, perante o incumprimento, não efetuar o pagamento de forma voluntária ou se ocorrer a situação prevista no n.º 1 deste artigo.
- CAPÍTULO IV**
Disposições finais
- Artigo 32.º**
Acumulação de apoios
1. Os apoios previstos no presente diploma não são acumuláveis com quaisquer outros que assumam a mesma natureza, com exceção de benefícios fiscais e de isenções ou reduções de segurança social, se a legislação o permitir.
 2. As entidades enquadradoras que tenham beneficiado do PROJOVEM não podem, em relação ao mesmo participante, candidatar-se ao Programa de Incentivos à Contratação (PIC).
- Artigo 33.º**
Acompanhamento e avaliação
- Este programa é objeto de acompanhamento, avaliação, controlo e de auditoria conduzidos por parte do IEM, IP-RAM, ou por outras entidades com competências para o efeito, durante o PROJOVEM ou contratação dos participantes.
- Artigo 34.º**
Financiamento do programa
- O financiamento deste programa é assegurado pelo orçamento privativo do IEM, IP-RAM, o qual pode ser cofinanciado pelo Fundo Social Europeu.
- Artigo 35.º**
Interpretação de dúvidas e integração de lacunas
- A interpretação de dúvidas e integração de lacunas suscitadas pela aplicação do presente diploma serão resolvidas por deliberação do conselho diretivo do IEM, IP-RAM.

Artigo 36.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, aos 4 dias do mês de agosto de 2014.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS,
Francisco Jardim Ramos

Portaria n.º 137/2014

de 6 de agosto

No âmbito da política de emprego do Governo Regional, uma das prioridades é o combate à inatividade prolongada dos desempregados, sejam eles beneficiários de prestações sociais, nomeadamente prestações de desemprego e rendimento social de inserção, desempregados de longa duração, jovens ou desempregados de idade mais avançada.

Ao longo de vários anos a Região, através de diferentes programas de emprego, Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados, Programa Ocupacional de Desempregados e Programa Ocupacional para Seniores, tem proporcionado aos desempregados uma atividade temporária, dotando-os de mais experiência e, simultaneamente, evitando que fiquem afastados do mercado de trabalho durante muito tempo.

Estas medidas ativas de emprego têm recebido por parte das entidades intervenientes e dos desempregados uma grande aceitação, pelo que as mesmas devem ter continuidade.

Decorrente da experiência entretanto acumulada destes programas, houve necessidade de se introduzirem alterações, para que os mesmos fossem simplificados e melhorados, chamando também as entidades que beneficiam do trabalho dos desempregados, a colaborar no suporte financeiro necessário à manutenção deste tipo de medida de emprego.

Com a criação do Programa de Ocupação Temporária de Desempregados procede-se à junção dos programas supra referidos num só diploma legal, agilizando-se o processo de candidatura e harmonizando-se todos os demais procedimentos.

Face ao orçamento disponível anualmente para este programa, as entidades ficam sujeitas a um plafond anual de candidaturas, cabendo-lhes também contribuírem no pagamento dos subsídios de alimentação e transporte devidos aos desempregados abrangidos.

Como forma de incentivar a admissão dos desempregados no final do programa, por parte das entidades privadas, é prevista a atribuição de um prémio de emprego.

Assim, manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/M, de 14 de

novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 37/2012/M, de 27 de dezembro e a alínea g) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/M, de 1 de junho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2013/M, de 25 de novembro, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma aprova e regulamenta o Programa de Ocupação Temporária de Desempregados, adiante designado por POT, promovido pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, através do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, adiante designado por IEM, IP-RAM.

Artigo 2.º
Objetivos

O POT tem os seguintes objetivos:

- a) Proporcionar aos participantes uma ocupação em trabalho socialmente necessário;
- b) Possibilitar aos participantes uma experiência de trabalho e formação suplementar que lhes facilite, no futuro, a obtenção de um emprego estável;
- c) Contribuir para evitar o afastamento prolongado dos participantes relativamente ao mercado de trabalho.

Artigo 3.º
Entidades enquadradoras

1. Podem candidatar-se ao POT as pessoas coletivas de direito público ou de direito privado sem fins lucrativos, bem como as que, sendo de direito privado, possuam capital maioritariamente público e desempenhem atividades relevantes para a satisfação de necessidades sociais ou coletivas.
2. A entidade enquadradora deve reunir, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Encontrar-se regularmente constituída;
 - b) Ter a situação contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social;
 - c) Dispor de contabilidade organizada, nos termos da legislação aplicável;
 - d) Ter a situação regularizada no que respeita a apoios comunitários, nacionais e regionais, independentemente da sua natureza e objetivos, designadamente os concedidos pelo IEM, IP-RAM;
 - e) Possuir sede, delegação ou sucursal na Região Autónoma da Madeira;
 - f) Cumprir os demais requisitos e obrigações inerentes aos apoios comunitários;
 - g) Cumprir os demais requisitos previstos em regulamentação específica elaborada pelo IEM, IP-RAM, e no respetivo Acordo de Atividade Ocupacional.
3. Os requisitos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior são objeto de verificação em sede de análise da candidatura.

Artigo 4.º Destinatários

O POT tem como destinatários os desempregados inscritos no IEM, IP-RAM, que reúnam uma das seguintes condições:

- a) Serem titulares de prestações de desemprego;
- b) Serem titulares do rendimento social de inserção (RSI);
- c) Serem desempregados de longa duração;
- d) Serem desempregados inscritos há pelo menos 6 meses, com nível de qualificação inferior a 4 de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações;
- e) Serem desempregados com idade igual ou superior a 55 anos inscritos no IEM, IP-RAM há, pelo menos, 2 meses.

Artigo 5.º Projeto de Atividade Ocupacional

O projeto de atividade ocupacional visa, designadamente, a participação em trabalho socialmente necessário inserido em projetos ocupacionais organizados pelas entidades enquadradoras, em benefício da coletividade, aprovados pelo IEM, IP-RAM, desde que reúna cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser compatível com a capacidade, preparação e experiência do trabalhador desempregado, e não lhe causar prejuízo grave, designadamente na acessibilidade ao local de trabalho;
- b) Consistir prioritariamente na realização de tarefas úteis à coletividade e que revistam um interesse de natureza social;
- c) Permitir a execução de tarefas de acordo com as normas legais de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Artigo 6.º Duração

1. O projeto de atividade ocupacional previsto no presente programa tem a duração máxima de 12 meses, não prorrogáveis.
2. Excetua-se do disposto no número anterior, os casos em que os participantes tenham idade igual ou superior a 55 anos, em que a duração do programa pode ir até 24 meses, não prorrogáveis.
3. Os desempregados que já participaram em programa ocupacional e que, por motivos que não lhes sejam imputáveis, apenas cumpriram um período igual ou inferior a 50% do tempo máximo previsto para o programa, poderão ser colocados no POT.

Artigo 7.º Horário

1. Os participantes devem praticar um horário de 30 horas semanais, não ultrapassando as 6 horas diárias.
2. Os horários devem ser fixados no período compreendido entre as 08h00 e as 22h00, durante 5 dias por semana, seguindo-se dois dias de descanso.

3. Em cada dia completo de atividade, deve haver um intervalo de, pelo menos, uma hora para a refeição, não podendo cada período de trabalho ser superior a 4 horas.
4. Aos participantes não pode ser atribuído o regime de jornada contínua.

Artigo 8.º Candidaturas

1. As entidades interessadas devem apresentar ao IEM, IP-RAM, os seus projetos de ocupação, mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pelo IEM, IP-RAM ou obtido digitalmente através do seu sítio na internet, com um mínimo de 30 dias de antecedência em relação à data em que pretendem o início da atividade.
2. As entidades podem candidatar-se a um número máximo de participantes, de acordo com critérios a serem definidos por deliberação do conselho diretivo, tendo em conta, nomeadamente, o tipo de entidade e a sua dimensão.
3. O número máximo de participantes por entidade pode, excecionalmente, não ser aplicado, nos casos em que os projetos ocupacionais tenham uma abrangência regional e sejam considerados de relevante interesse social.
4. Para efeitos do número anterior, a entidade deve apresentar, juntamente com a candidatura, um requerimento dirigido ao presidente do conselho diretivo do IEM, IP-RAM com a descrição pormenorizada do projeto que fundamente a necessidade de enquadrá-lo na referida situação excecional.
5. Para cada candidatura e para cada função a desempenhar pelos participantes, a entidade enquadradora indica um responsável pelo acompanhamento da atividade, o qual deverá exercer funções que lhe permitam acompanhar o dia-a-dia da atividade do participante.
6. Ao responsável referido no número anterior, compete avaliar o desenvolvimento da atividade do participante, colaborar com os técnicos do IEM, IP-RAM aquando das suas visitas ao local da atividade e elaborar um relatório final de avaliação, em impresso próprio, a remeter ao IEM, IP-RAM no final da ocupação.

Artigo 9.º Apreciação das candidaturas

1. Após a receção dos processos de candidatura, o IEM, IP-RAM verifica se estão preenchidos todos os requisitos e se são acompanhados de toda a documentação exigida.
2. O IEM, IP-RAM pode solicitar às entidades os esclarecimentos que se revelem necessários, bem como a entrega de elementos instrutórios complementares.

3. As entidades enquadradoras têm o prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar os esclarecimentos e elementos referidos no número anterior, sendo que, passado esse prazo sem que se observe a entrega dos elementos solicitados, a candidatura é arquivada.
4. As candidaturas são analisadas no prazo de 20 dias seguidos, a contar da data da entrada das mesmas, suspendendo-se este prazo sempre que sejam solicitados esclarecimentos ou a entrega de elementos instrutórios complementares.
5. As candidaturas são indeferidas, nomeadamente por:
 - a) Não reunirem as condições de acesso;
 - b) Inexistência de candidatos que se adequem ao projeto;
 - c) Excederem a disponibilidade orçamental do programa.

Artigo 10.º

Crítérios de ordenação de candidaturas

1. A seleção e ordenação das candidaturas atende, prioritária e sucessivamente, aos seguintes critérios:
 - a) Entidades que tendo participado nos últimos dois anos em programas ocupacionais, admitiram para os seus quadros um maior número de participantes;
 - b) Entidades que não tenham participado nesta medida nem em outros programas ocupacionais no último ano;
 - c) Candidaturas em áreas em que o interesse coletivo tenha maior relevância, nomeadamente educação, saúde e segurança social, e ainda as que se destinem aos denominados serviços públicos essenciais ou a acudir ou prevenir situações de catástrofe;
 - d) Data de entrada da candidatura.
2. Depois da aplicação dos critérios referidos no número anterior, não sendo possível a completa hierarquização das candidaturas, caberá ao conselho diretivo do IEM, IP-RAM, o estabelecimento de outros critérios que se revelem necessários.

Artigo 11.º

Aprovação das candidaturas

1. A aprovação das candidaturas é da competência do presidente do conselho diretivo do IEM, IP-RAM, e realiza-se por fases, em regra mensais.
2. A distribuição da dotação orçamental e o número de vagas mensais são definidas por deliberação do conselho diretivo do IEM, IP-RAM.
3. As candidaturas que não sejam aprovadas são arquivadas.

Artigo 12.º

Recrutamento e seleção de candidatos

1. O IEM, IP-RAM pode aceitar a indicação de candidatos propostos pelas entidades desde que

os mesmos cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 4.º.

2. A indicação referida no número anterior não pode ultrapassar 50% do total de vagas por candidatura, com arredondamento à unidade inferior.
3. Para as restantes vagas, o IEM, IP-RAM procede à seleção de candidatos, de acordo com o perfil definido pela entidade enquadradora, dando prioridade a:
 - a) Desempregados de longa duração;
 - b) Desempregados que tenham sido sinalizados pelo IEM, IP-RAM ou pelo Instituto de Segurança Social, IP-RAM como sendo especialmente desfavorecidos face ao mercado de trabalho.
4. A recusa injustificada em participar em atividades ocupacionais por parte dos beneficiários de prestações de desemprego ou RSI, determina a anulação da inscrição no IEM, IP-RAM pelo período de 90 dias, bem como a cessação das referidas prestações sociais.

Artigo 13.º

Direitos dos participantes

1. Aos participantes é concedida uma compensação mensal de valor correspondente ao Indexante de Apoios Sociais (IAS).
2. Quando os participantes sejam beneficiários de prestações de desemprego, a compensação é no valor de 25% do IAS, exceto se a soma dos dois valores for inferior a este, situação em que o IEM, IP-RAM comparticipa no montante remanescente.
3. Aos participantes é atribuído um subsídio mensal de alimentação idêntico ao valor fixado para os trabalhadores que exercem funções públicas, independentemente dos valores dos subsídios atribuídos pela entidade enquadradora aos seus trabalhadores.
4. Aos participantes é também atribuído um subsídio mensal de transporte correspondente ao custo do passe em transporte coletivo, exceto no caso do participante poder, normalmente, deslocar-se a pé até ao local da atividade, ou lhe for fornecido o transporte pela entidade enquadradora.
5. Nos casos em que os participantes sejam portadores de deficiência e/ou incapacidade igual ou superior a 60% e quando a estes não seja possível a utilização de transporte coletivo, face às suas limitações físicas e motoras, é-lhes atribuída, mensalmente, uma comparticipação para despesas de transporte no valor de 20% do IAS.
6. Os participantes no POT são abrangidos por um seguro de acidentes de trabalho que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa da atividade.

7. Os participantes que não sejam titulares de prestações de desemprego são abrangidos pelo regime geral da segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, cabendo aos mesmos a contribuição pela aplicação da taxa legal em vigor, devida pelo trabalhador.

Artigo 14.º

Comparticipações do IEM, IP-RAM e das entidades enquadradoras

1. Os encargos com a realização do programa são repartidos entre o IEM, IP-RAM e as entidades enquadradoras, de acordo com o disposto nos números seguintes:
2. O IEM, IP-RAM suporta:
 - a) As compensações mensais e o seguro de acidentes de trabalho;
 - b) O subsídio de transporte nos casos em que os participantes sejam portadores de deficiência e/ou incapacidade igual ou superior a 60%;
 - c) Os encargos decorrentes da inscrição dos participantes na segurança social e da contribuição pela aplicação da taxa legal em vigor.
3. Cabe à entidade enquadradora suportar os subsídios de alimentação e de transporte.

Artigo 15.º

Outros direitos dos participantes

1. As entidades enquadradoras devem facultar aos participantes as condições e os meios necessários ao exercício da sua atividade, suportando eventuais despesas de transporte quando as tarefas a desempenhar obriguem a deslocação para fora do local normal da atividade.
2. Nos programas com duração máxima de 12 e 24 meses, os participantes têm direito, ao fim de cada período de 6 meses de ocupação, respetivamente, a um período de 5 e 10 dias úteis de descanso, devendo obrigatoriamente ser gozados no mês seguinte.
3. O último período de descanso a que o participante tenha direito deve ser gozado no penúltimo mês da ocupação.

Artigo 16.º

Colaboração das entidades enquadradoras

No decurso das atividades do programa, as entidades enquadradoras devem:

- a) Proporcionar aos participantes uma atividade compatível com as suas qualificações e experiência profissional;
- b) Zelar pelo cumprimento, por parte dos participantes, das obrigações inerentes à participação no programa;
- c) Prestar colaboração, quando solicitada, no processo administrativo e de avaliação dos projetos de atividade ocupacional;

- d) Permitir a ida dos participantes ao IEM, IP-RAM sempre que forem, por este, convocados.

Artigo 17.º

Ações de informação e formação

1. Ao longo da atividade ocupacional, o IEM, IP-RAM poderá promover ações de informação e formação versando, nomeadamente, matérias como higiene e segurança no trabalho, técnicas de procura de emprego, técnicas de entrevista, informação e orientação profissional e empreendedorismo.
2. As ações têm, por objetivo:
 - a) Suscitar interesse nos participantes para a resolução do seu problema de emprego;
 - b) Facultar aos participantes, informações sobre o mercado de trabalho e potenciais oportunidades de criação ou ocupação de postos de trabalho.
3. As entidades enquadradoras são obrigadas, mediante convocatória do IEM, IP-RAM, a dispensar os participantes para assistirem às referidas ações.

Artigo 18.º

Acordo de Atividade Ocupacional

1. É celebrado um Acordo de Atividade Ocupacional, entre o IEM, IP-RAM, a entidade enquadradora e o participante, do qual constam as condições de desenvolvimento da atividade e as obrigações assumidas por cada uma das partes.
2. A entidade enquadradora tem o dever de proceder à devolução do acordo devidamente assinado, no prazo máximo de quinze dias após a receção do mesmo.

Artigo 19.º

Assiduidade

As entidades enquadradoras efetuam o controlo mensal de assiduidade dos participantes e submetem através da plataforma online do IEM, IP-RAM a assiduidade até ao 4.º dia útil do mês seguinte a que respeita.

Artigo 20.º

Regime de faltas

1. Aos participantes são aplicáveis os tipos de faltas em vigor no Código do Trabalho.
2. Para efeitos da contagem das faltas deve entender-se que cada falta corresponde à não comparência, ainda que parcial, no local e dia marcado, independentemente do número de horas fixado para esse dia.
3. É considerada falta justificada, sem perda do respetivo subsídio complementar, a falta semanal dada pelo participante que seja beneficiário de

prestações de desemprego, para efetuar diligências de procura de emprego, desde que comprove a efetivação das mesmas.

4. Implicam o desconto correspondente na compensação mensal:
 - a) As faltas injustificadas;
 - b) As faltas justificadas que excedam 10 dias.
5. As faltas justificadas que não ultrapassem 10 dias são remuneradas em 65% do valor diário da compensação mensal, excetuando-se os casos em que o beneficiário tenha direito ao subsídio por doença ou compensação pelo seguro de acidentes de trabalho

Artigo 21.º Exclusões

1. São excluídos do programa os candidatos que:
 - a) Prestem falsas declarações com vista à participação no programa;
 - b) Não compareçam no primeiro dia de atividade sem aviso prévio ou justificação por escrito;
 - c) Faltem injustificadamente durante 5 dias úteis consecutivos ou interpolados;
 - d) Faltem, ainda que justificadamente mais de 30 dias consecutivos ou 60 interpolados;
 - e) Não cumpram as obrigações previstas no acordo de atividade ocupacional;
 - f) Mostrem inadaptabilidade às funções ou incapacidade para as mesmas;
 - g) Aleguem motivos comprovadamente falsos para justificação de faltas;
 - h) Tenham atitude disciplinarmente incorreta, considerada muito grave.
2. Nos casos previstos nas alíneas c) e d) do número anterior, a exclusão é imediata devendo a entidade enquadradora informar por escrito o participante e o IEM, IP-RAM, no prazo máximo de 5 dias.
3. A decisão de exclusão do programa nos casos previstos nas alíneas e) a h) do n.º 1, deve ser obrigatoriamente comunicada por escrito ao participante pela entidade enquadradora, e conter a indicação dos factos que a motivaram.
4. A decisão prevista no número anterior deverá ser precedida de uma advertência, por escrito e fundamentada, ao participante, quando se considere que a subsistência do contrato ainda é viável.
5. Da advertência da rescisão do acordo, bem como da decisão de exclusão, deve a entidade enquadradora dar conhecimento ao IEM, IP-RAM para ratificação, por forma escrita e fundamentada, no prazo máximo de 5 dias.
6. Os participantes excluídos pelos motivos indicados nas alíneas a), b), c), e), g) e h) do n.º 1, ficam sujeitos à anulação, por 90 dias, da

sua inscrição no IEM, IP-RAM, podendo ainda ver cessado o seu direito às prestações de desemprego ou RSI de que estejam a usufruir.

Artigo 22.º Cessação da atividade

A atividade ocupacional termina, de imediato, se o participante obtiver colocação profissional, seja por sua iniciativa ou do IEM, IP-RAM.

Artigo 23.º Suspensão da atividade

1. Por motivos devidamente justificados, que se prendam com as funções desempenhadas pela instituição onde se desenrola a atividade ocupacional, pode a entidade enquadradora solicitar ao IEM, IP-RAM a interrupção temporária da atividade, não podendo ter duração inferior a uma semana ou superior a um mês.
2. A entidade enquadradora pode ainda solicitar a suspensão da atividade quando exista impedimento objetivo por parte do participante, nomeadamente doença, não podendo a suspensão ser superior a 2 meses.
3. Nos casos em que a interrupção da atividade seja autorizada pelo IEM, IP-RAM, o participante não recebe as compensações previstas e o período de colocação é acrescentado por tempo igual ao da suspensão, salvo nos casos em que o participante é titular de prestações de desemprego e já tenha esgotado o período de atribuição das mesmas.
4. A suspensão referida nos números anteriores, só pode ser solicitada uma vez em cada uma das situações, no decurso da ocupação.

Artigo 24.º Desistências

1. O participante e a entidade enquadradora podem, cada qual, desistir do programa, devendo essa intenção ser comunicada à outra parte e ao IEM, IP-RAM, mediante comunicação, com indicação do respetivo motivo.
2. A entidade enquadradora que desista por motivos que sejam considerados pelo IEM, IP-RAM, não justificados, fica inibida de participar nos programas de emprego, promovidos pelo IEM, IP-RAM, pelo prazo de 12 meses.
3. O participante que desista por motivos que sejam considerados, não justificados, fica impedido de se inscrever no IEM, IP-RAM pelo prazo de 90 dias e verá canceladas as prestações de desemprego ou RSI de que possa estar a usufruir.

Artigo 25.º Substituições

1. Em caso de desistência ou exclusão durante o primeiro mês de ocupação, procede-se à substituição do participante, respeitando os

critérios de seleção e desde que sejam mantidas, pela entidade, as condições que levaram à aprovação da candidatura.

2. Para além do limite temporal definido no número anterior, o processo será arquivado.

Artigo 26.º Impedimentos

1. Não podem ser colocados, ao abrigo deste Programa, numa determinada entidade, os desempregados que tenham tido, com essa entidade, uma anterior relação de trabalho ou de prestação de serviços.
2. Os desempregados que já tenham estado integrados em programas de emprego promovidos pelo IEM, IP-RAM, à exceção dos referentes à criação de postos de trabalho, não podem ser integrados neste programa, sem que tenha decorrido um ano após o final do programa anterior e numa diferente entidade.

Artigo 27.º Pagamento dos subsídios

Os subsídios pagos pelo IEM, IP-RAM são processados e liquidados mensalmente, diretamente ao participante por transferência bancária, a partir do dia 15 do mês seguinte ao da atividade desenvolvida de acordo com a assiduidade remetida pela entidade enquadradora.

Artigo 28.º Dispensa do controle quinzenal

Os trabalhadores que auferem prestações de desemprego e sejam inseridos no POT estão, durante esse período, dispensados do dever de apresentação quinzenal no IEM, IP-RAM ou nos locais por este indicados, para efeitos do controle previsto no Regime Jurídico de Proteção Social da Eventualidade de Desemprego dos Trabalhadores por Conta de Outrem.

Artigo 29.º Acompanhamento

O POT é objeto de acompanhamento, avaliação e controlo por parte do IEM, IP-RAM, devendo os participantes e as entidades enquadradoras, proporcionar toda a colaboração que lhes seja solicitada para a prossecução dessas tarefas.

Artigo 30.º Prémio de emprego

1. As entidades privadas que, no prazo de um mês após o final da ocupação, celebrem por escrito com os participantes contratos de trabalho sem termo ou com termo de duração não inferior a 12 meses, que resultem na criação líquida de postos de trabalho, podem beneficiar de um apoio financeiro, a ser concedido pelo IEM, IP-RAM, nos termos do disposto nos números seguintes.
2. O requerimento para o apoio referido no número anterior, deve ser apresentado no prazo máximo de 45 dias após a celebração do contrato.

3. O referido apoio financeiro, reveste a natureza de subsídio não reembolsável no valor de 8 e 4 vezes o valor correspondente ao IAS, por cada posto de trabalho criado mediante a celebração de contrato de trabalho sem termo ou com termo, respetivamente.
4. O apoio referido no número anterior é de 10 ou 6 vezes o valor correspondente ao IAS, quando os postos de trabalho sejam preenchidos por pessoas portadoras de deficiência e/ou com incapacidade igual ou superior a 60%.
5. A entidade enquadradora para beneficiar dos apoios referidos anteriormente, deve apresentar requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Cópia do contrato de trabalho celebrado;
 - b) Folhas de remunerações referentes aos 6 meses anteriores ao do início da ocupação e do mês da celebração do contrato, bem como as guias de pagamento das contribuições devidas à segurança social;
 - c) Declarações comprovativas de situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social ou autorização para consulta pelo IEM, IP-RAM.
6. O pagamento do prémio é feito de forma faseada de acordo com as seguintes regras:
 - a) 50% após três meses de execução do contrato de trabalho;
 - b) Os restantes 50% após 12 meses de execução do contrato de trabalho.
7. As entidades que beneficiem deste apoio devem observar as seguintes regras:
 - a) Manutenção do contrato até ao respetivo termo ou em caso de contrato de trabalho sem termo, durante um período mínimo de 2 anos, contados a partir da data da celebração daquele contrato;
 - b) Apresentação de elementos de contabilidade e outros documentos que lhes sejam solicitados pelo IEM, IP-RAM;
 - c) Assegurar a criação líquida de postos de trabalho e do volume de emprego;
 - d) Substituição dos trabalhadores contratados, que eventualmente deixem a entidade, por outros nas mesmas condições, mediante abertura de oferta de emprego no IEM, IP-RAM;
 - e) Não existindo candidatos disponíveis no IEM, IP-RAM, nas mesmas condições que o posto de trabalho inicial, a substituição de trabalhadores apoiados pode ser feita por outros candidatos desde que encaminhados pelo IEM, IP-RAM.
8. Para efeitos de aferição do volume de emprego a acompanhar e da criação líquida de postos de trabalho, são usadas as seguintes regras:
 - a) Considera-se criação líquida de postos de trabalho, o aumento efetivo do número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora, resultante da contratação do posto de trabalho apoiado;

- b) O número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora é calculado pela média do número de trabalhadores dos 6 meses anteriores ao início da ocupação;
- c) O volume de emprego resulta da soma do número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora e do(s) posto(s) de trabalho a apoiar;
- d) Os períodos de substituição de postos de trabalho, desde que sejam efetuados dentro do prazo de 30 dias consecutivos, não suspendem a contagem do período de acompanhamento.

Artigo 31.º
Contrato de concessão
de incentivos

A concessão dos prémios de emprego é precedida da celebração de contrato de concessão de incentivos entre a entidade enquadradora e o IEM, IP-RAM, conforme modelo e conteúdo elaborados por este.

Artigo 32.º
Valor máximo
dos apoios

Aos incentivos concedidos ao abrigo desta Portaria concedidos ao abrigo do artigo 30.º aplica-se a regra prevista para os Auxílios de Minimis definidos pela Comissão Europeia.

Artigo 33.º
Incumprimento no
decurso do POT

1. A produção de falsas declarações ou a utilização de qualquer outro meio fraudulento com o fim de obter ou manter os apoios previstos neste diploma, implica a devolução dos pagamentos efetuados pelo IEM, IP-RAM aos participantes, sem prejuízo de eventual procedimento civil ou criminal.
2. O incumprimento reiterado das obrigações administrativas assumidas no âmbito deste programa, nomeadamente o envio extemporâneo dos documentos contratuais e assiduidade online, implica a revogação da aprovação, ficando a entidade enquadradora impedida, durante um ano, de poder apresentar novas candidaturas às diferentes medidas de emprego promovidas pelo IEM, IP-RAM.
3. Se, no decurso do POT, for constatado que a entidade enquadradora não assumiu os encargos com a alimentação ou transporte do participante, após advertência para que regularize a situação no prazo máximo de 15 dias úteis, é determinada a cessação do programa, incorrendo a entidade numa situação de incumprimento e ficando definitivamente impedida de poder beneficiar de qualquer apoio ou participação no âmbito das diferentes medidas de emprego promovidas pelo IEM, IP-RAM.

Artigo 34.º
Incumprimento decorrente da atribuição
do prémio ao emprego

1. A produção de falsas declarações ou a utilização de qualquer outro meio fraudulento com o fim de obter ou manter os apoios à contratação previstos neste diploma, implica a devolução da totalidade dos montantes atribuídos, sem prejuízo de procedimento civil e criminal.
2. O não cumprimento das condições de concessão do apoio implica a obrigação da reposição dos montantes atribuídos acrescidos dos juros legais.
3. Nos casos em que, por factos alheios à vontade das entidades enquadradoras, que não sejam resultantes de qualquer atuação ou omissão dolosa ou negligente, fique impossibilitada a manutenção dos postos de trabalho, é devida a reposição das verbas concedidas em termos proporcionais ao tempo não cumprido.
4. O incumprimento injustificado das obrigações assumidas através do contrato de concessão de incentivos, implica a reposição das verbas nos seguintes termos:
 - a) Integral, se o incumprimento acontecer no primeiro ano de acompanhamento;
 - b) Proporcional ao tempo não cumprido se acontecer no restante período.
5. Quando não se verifique a reposição voluntária dos apoios financeiros ou participações concedidas, será desencadeado o processo de cobrança coerciva, nos termos do Decreto-Lei n.º 437/78, de 28 de dezembro.
6. A entidade enquadradora que se encontre numa situação de incumprimento só pode beneficiar de um novo apoio desde que se verifique o pagamento integral do montante em dívida de forma voluntária.
7. A entidade enquadradora fica definitivamente impedida de poder beneficiar de qualquer apoio ou participação no âmbito das diferentes medidas de emprego se, perante o incumprimento, não efetuar o pagamento de forma voluntária ou se ocorrer a situação prevista no n.º 1.

Artigo 35.º
Acumulação de apoios

1. Os apoios previstos no presente diploma não são acumuláveis com quaisquer outros que assumam a mesma natureza, com exceção de benefícios fiscais e de isenção ou reduções de segurança social, se a legislação o permitir.
2. As entidades enquadradoras que tenham beneficiado de um POT, não podem em relação ao mesmo participante, candidatar-se à medida Programa de Incentivos à Contratação (PIC) ou a

outra medida de emprego que preveja um apoio à contratação.

Artigo 36.º
Financiamento

O financiamento deste programa é assegurado pelo orçamento privativo do IEM, IP-RAM, o qual pode ser cofinanciado pelo Fundo Social Europeu.

Artigo 37.º
Interpretação de dúvidas
e integração de lacunas

As dúvidas e a eventual resolução de lacunas que possam vir a ser suscitadas pela aplicação deste programa, são resolvidas por deliberação do conselho diretivo do IEM, IP-RAM.

Artigo 38.º
Norma revogatória

São revogadas as Portarias n.ºs 40/2012, de 14 de março, 48/2012, de 11 de abril e 50/2012, de 12 de abril, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Artigo 39.º
Disposições transitórias

1. Os desempregados colocados no âmbito das Portarias referidas no artigo anterior, mantêm-se abrangidas pelas mesmas, até à sua conclusão e arquivamento.
2. O prazo previsto no n.º 1 do artigo 8.º pode, por despacho do presidente do conselho diretivo do IEM, IP-RAM, ser reduzido em relação ao primeiro período de candidaturas após entrada em vigor desde diploma.

Artigo 40.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, aos 4 dias do mês de agosto de 2014.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS,
Francisco Jardim Ramos

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

| | | |
|--------------------------|-------------|----------|
| Uma lauda..... | €15,91 cada | €15,91; |
| Duas laudas..... | €17,34 cada | €34,68; |
| Três laudas..... | €28,66 cada | €85,98; |
| Quatro laudas..... | €30,56 cada | €122,24; |
| Cinco laudas..... | €31,74 cada | €158,70; |
| Seis ou mais laudas..... | €38,56 cada | €231,36 |

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

| | Anual | Semestral |
|------------------|--------------|------------------|
| Uma Série..... | €27,66 | €13,75; |
| Duas Séries..... | €52,38 | €26,28; |
| Três Séries..... | €63,78 | €31,95; |
| Completa..... | €74,98 | €37,19. |

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: €5,48 (IVA incluído)